

TEMPOMEDICINAONLINE

A importância da segunda opinião médica-- Na saúde, na doença, na profissão

Artigo de opinião de João Meira e Cruz*

A segunda opinião médica não é um elemento de conflito, mas um instrumento de clarificação, complementaridade e, eventualmente, prevenção de confrontos.

A emissão de uma segunda opinião médica, a qual pode ser materializada num parecer escrito (parecer médico), não tem como objectivo a controvérsia ou a eleição de culpados, mas sim a expressão de pontos de vista técnico-científicos, sobre determinado facto, ou conjunto de factos, que gerou(aram) mal-estar e dúvidas quanto à sua adequação e correcta aplicação, no contexto de uma praxis médica tão diversificada, evoluída, individual e autónoma como a que está em prática no nosso meio e no tempo actual.

A perda de "escolas", a destruição de "carreiras", o desrespeito hierárquico, a ausência de Regulação, o espírito de "competitividade incontrolada", etc, são motivos muito importantes para que a voz magistral única, modelo do passado, não possa ser garante de boa-prática, no presente.

A Sabedoria e o conhecimento

Por outro lado, a Sabedoria decorre do conhecimento experimentado. E é inquestionável que os modelos gestacionais de organização e prática, em serviços de saúde, tendem a privilegiar a inexperiência, porque mais barata, relegando para fases tardias a intervenção experiente, porque mais exigente e de custos mais elevados. Ignorando que cada ser humano é único e não reage modularmente, nem na doença, nem no tratamento dela.

Em simultâneo, nos tempos correntes, procura-se produtividade e eficiência, mas desvaloriza-se o individual e o diferente, características inerentes à boa-prática médica.

É de espantar que, num Mundo em que a procura de conhecimento exaustivo do genoma humano (a "impressão digital" de cada um!) é tão premente, os actuais responsáveis pela Saúde se concentrem na floresta, esquecendo a árvore. Uma não existe, sem a outra. E é a habilidade de conjugar as necessidades de cada árvore, com as exigências da "coligação", que enaltece os decisores.

Sabemos que a Gestão é assim mesmo. Mas a gestão de pessoas doentes não deve ser exercida ao arpejo do interesse individual. Porque, em cada caso, é daquele ser humano que se trata.

Ora, num Mundo de arbitrariedades, em que valores que garantem a sustentabilidade da Humanidade, como a verdade, a honestidade, a liberdade, a isenção, a solidariedade, o altruísmo, o sacerdócio, a vocação, a ética e outros esteios do Homem gregário, são, quotidianamente, violados por aqueles que deveriam ser o seu garante, não é surpresa o exercício de práticas profissionais com displicência e sem respeito pelo rigor do conhecimento, salvaguarda do interesse do Cidadão e leveza na constatação de erros e imprudências. Em especial quando afectam, negativamente, a qualidade de vida de quem, credulamente, recorreu ao que supunha ser um serviço de excelência.

O erro, o Direito e a Justiça

O erro, em cuidados de Saúde, é, cada vez mais, uma consequência do Sistema e a tentativa de fulanização da responsabilidade desse erro mais não é que a fuga à responsabilidade de quem concebe, desenha, implementa e sustenta, o Sistema, ignorando a indispensabilidade da sua Regulação. Em prejuízo do direito e do exercício da Justiça!

Assim, muitas são as razões para que o Cidadão não sinta confiança no Sistema e dele tenha a ideia de que se dá pouca importância ao seu caso pessoal -- de doente - estando empenhado na salvaguarda de alguns interesses colectivos, quer de Gestão, quer políticos. E tenda a direccionar, exclusivamente, para o Médico -- indivíduo! -- as suas amarguras e frustrações, enquanto doente ou familiar.

Mas, também aos profissionais de saúde se apresenta, a segunda opinião médica, como um instrumento de ponderação e salvaguarda de equívocos e actuações mais polémicas ou, mesmo, "sub-clínicas".

*Médico e Coordenador Médico da Best Medical Opinion - Pareceres Médicos & Perícias Médicas

Entretítulos e destaques da responsabilidade da Redacção

1329Ant3f13JMA29Z